

1 ATA DA DUCENTÉSIMA SEPTAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
2 MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA DOZE DE  
3 DEZEMBRO DE 2017, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO  
4 SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 08h25min. QUÓRUM DE ABERTURA:  
5 Constatada a presença dos conselheiros (as): **Dener Saldanha Mattos** (representante do governo –  
6 SEMDESC); **Marli Rodrigues Xavier Brito Araújo** (representante da sociedade civil – Abrigo  
7 Frei Anselmo); **Rhayza Fernanda Mendes** (representante do governo – SEGOV); **Elisa Regina**  
8 **Franco Mattos Ferreira** (representante de entidades de Pessoas com Deficiência – APAE -  
9 suplente); **Lucélia Gomes Soares** (representante de entidades de Pessoas com Deficiência – APAE  
10 - titular); **Elizênia Gomes Camacho** (representante da sociedade civil – Associação Mão Amiga);  
11 **Joana Darc de Oliveira Machado** (representante da sociedade civil – Província Carmelitana de  
12 Santo Elias – CEM - suplente); **Severina Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil –  
13 Assistentes Sociais); e **Geovane Martins Ferreira** (representante do governo – SEFAZ). Como  
14 convidadas, Lilian Rissi Cunha Matusita, controladora interna da administração municipal;  
15 Natália Alves Ferreira, coordenadora do CEM; Rita Darc Caixeta Melgaço, coordenadora da  
16 Associação Mão Amiga; e Ilma Costa Marques, assistente social da Casa do Caminho. A presidente  
17 Simone iniciou a reunião cumprimentando a todos, ressaltando o final do calendário de reuniões  
18 ordinárias do CMAS. Iniciando a pauta, reafirmou o encerramento das atividades da Casa do  
19 Caminho e o propósito de sensibilizar as demais entidades inscritas quanto à importância do  
20 serviço. Passando a palavra à Lilian, controladora interna, a mesma explicou que será necessária a  
21 publicação de edital de chamamento público para o cofinanciamento do serviço com recursos  
22 públicos, porém ressaltando que a sustentabilidade da proposta pela entidade seria de suma  
23 importância, não desmerecendo o papel do poder público. Marli falou que de acordo com  
24 demonstrativo de despesas apresentado a viabilidade de execução do serviço com o valor que vinha  
25 sendo repassado pela administração municipal parecia ser factível, contrariando a justificativa  
26 oferecida pela diretoria da Associação Natal Justino da Costa para o fechamento da Casa do  
27 Caminho. A conselheira Marli, representando a diretoria do Abrigo Frei Anselmo, informou que a  
28 entidade apesar de entender a importância do serviço, não poderia assumir a responsabilidade. A  
29 conselheira Lucélia, representando a diretoria da APAE, explicou que não poderiam assumir o  
30 serviço por ser contrário a proteção social na qual são inseridos, e os próprios objetivos  
31 institucionais da entidade, que dedica-se a garantia de direitos das pessoas com deficiência. A Sra.  
32 Natália, representando a Província Carmelitana de Santo Elias, mantenedora do CEM, falou que  
33 em conversa com o presidente local, o mesmo acenou positivamente com relação a execução do  
34 serviço, uma vez que a entidade já ofereceu um serviço similar, através da Casa do Peregrino.  
35 Porém a decisão seria somente após de reunião na sede na cidade do Rio de Janeiro, em meados do  
36 mês de janeiro. Os conselheiros comemoraram a iniciativa da entidade, no entanto, demonstraram a

37 preocupação com a descontinuidade do serviço. Após discussões foi decidido que a conselheira  
38 Nilma, em nome do CMAS, falaria com o presidente da Associação Natal Justino da Costa, para  
39 verificação de possibilidade de manter o serviço em caráter de urgência até que outra entidade possa  
40 assumir. No momento a conselheira Lucélia e a convidada Lilian retiraram-se da reunião devido a  
41 compromissos profissionais. Passando para o próximo ponto de pauta, Rita Darc, coordenadora da  
42 Associação Mão Amiga falou do Plano de Capacitação Interna de Cuidadores e Auxiliares  
43 elaborado atendendo determinação da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de  
44 Defesa dos Direitos das Crianças e do Adolescente - CRIJ, para o qual necessitava de aprovação  
45 dos órgãos de controle, quais seriam o CMAS e o CMDCA. Explicou que a capacitação seria  
46 oferecida pelos técnicos da Associação Mão Amiga. Colocado para aprovação o Plano de  
47 Capacitação Interna de Cuidadores e Auxiliares, da Associação Mão Amiga o mesmo foi aprovado  
48 da seguinte forma: Severina Alda (aprovou), Geovane (aprovou), Rhayza (aprovou), Elisa  
49 (aprovou), Nilma (aprovou), Marli (aprovou), Dener (aprovou), Elizênia (aprovou), e Simone  
50 (aprovou). Passando a análise da Comissão de Orçamento e Financiamento, o conselheiro Geovane,  
51 membro da comissão, explicou que foram analisados os meses de janeiro, fevereiro e março do  
52 corrente ano. Simone procedeu a leitura do relatório que recomendou a aprovação. Na oportunidade  
53 foi ressaltada a necessidade de participação do maior número possível de conselheiros nas  
54 atividades das comissões temáticas do Conselho, com vistas a qualificar as análises, considerando  
55 os olhares multidisciplinares. No momento Cláudia conselheira e gestora, passou a compor o  
56 colegiado, uma vez que estaria resolvendo emergências da gestão. Severina Alda falou do  
57 comprometimento dos conselheiros membros das Comissões, pois uma ausência justificada por  
58 imprevisto seria normal, no entanto ausências reiteradas, não justificariam a permanência do  
59 membro na Comissão, que é composta e legitimada por resolução. Cláudia expôs sua preocupação  
60 com relação ao recorrente assunto nas reuniões quanto aos trabalhos das Comissões, o que  
61 demonstra estar havendo alguma deficiência. E que entendia que não estariam sendo produtivas as  
62 visitas institucionais realizadas de forma apressada e tumultuada, uma vez que apesar das inúmeras  
63 visitas realizadas, não foram apresentados os relatórios. Os presentes concordaram que a dinâmica  
64 aplicada, poderia ser reavaliada, com vistas à otimização dos trabalhos, e que o tempo decorrido  
65 entre as visitas e o retorno à plenária prejudicava a atuação do Conselho. Após as discussões foi  
66 decidido que para o próximo ano as visitas seriam realizadas de forma coordenada, com  
67 apresentação de relatório logo após a realização das mesmas. Passando ao calendário de reuniões,  
68 foi sugerida a realização da reunião ordinária na segunda quarta-feira do mês, às 13h30min. Sendo  
69 acatado por todos os presentes. Severina Alda ressaltou a importância de cumprimento da agenda,  
70 uma vez que a sala dos conselhos seria utilizada por outros conselhos de direitos. Em informes  
71 gerais, Simone apresentou um cartão de natal enviado pelo Abrigo Frei Anselmo. Marli ressaltou  
72 que a arte dos cartões teria sido feita pelos idosos acolhidos. Ainda em informes gerais, Severina

73 Alda questionou a aplicação do recurso dos 3% dos IGDs destinados à manutenção das atividades  
74 do Conselho. Os conselheiros analisaram a necessidade de evidenciação do recurso no orçamento  
75 de 2018, o que já teria sido solicitado junto à gestão. Sendo necessária ainda a elaboração do Plano  
76 de Aplicação dos recursos pelo Conselho. Quanto as alterações necessárias das normativas, lei de  
77 criação e regimento interno, foi ressaltada a necessidade de elaboração da minuta de lei municipal  
78 do SUAS. A conselheira Rhayza colocou a necessidade de adequação do timbre utilizado nos  
79 documento do CMAS, incluindo as logomarcas, ficando a cargo da mesma auxiliar a secretaria  
80 executiva para tal. Nada mais havendo a tratar, a presidente Simone encerrou a reunião, e eu, Isabel  
81 Aparecida Cruz Randi, lavrei esta ata que será lida e aprovada pelos presentes.  
82 ENCERRAMENTO: 10h20min.